

Tebet defende o voto aberto

31 Senado Federal

Márcia Gouthier – 29/03/2001

MONICA WEINBERG

BRASÍLIA— O presidente da Conselho de Ética do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), já definiu sua posição sobre a controvérsia em torno do pleito que vai ditar os rumos do relatório sobre o caso da violação do painel eletrônico: é a favor do voto aberto para os 16 conselheiros. Como presidente, Tebet pode, e vai, bancar sua decisão sem colocar o assunto em votação, usando uma prerrogativa de seu cargo. A questão do voto aberto só passará pelo crivo dos integrantes do conselho caso algum integrante entre com requerimento contra a proposta de Tebet, o que pode acontecer durante a própria sessão. Nessa hipótese, a decisão – voto aberto ou fechado – será da maioria, em votação sigilosa.

“Como a história da violação do painel ainda não está na fase de processo, e sim de investigação, não precisamos obedecer à Constituição, que determina o voto fechado em casos de perda de mandato”, diz Tebet, empunhando a bandeira que virou sinônimo de bom-mocismo. O senador não quis explicar o que o motivou a defender o voto aberto. Está medindo o discurso com medo de uma suspensão. Advogado, o senador está calçado na ausência de leis, constitucionais ou internas, que condenem o voto aberto quando uma investigação ainda não tomou a forma de processo.



Ramez Tebet é contra o voto secreto no Conselho de Ética

É a primeira vez que um caso desses – uma investigação que pode resultar em cassação de senadores – chega ao Conselho de Ética. No episódio da cassação do ex-senador Luiz Estevão, a história já veio às mãos dos conselheiros em forma de processo, depois de uma representação assinada pelo PT. Nenhum outro caso resultou em processo de cassação. Ou receberam penas bem mais brandas definidas no próprio conselho ou acabaram arquivados.

Na mira do conselho, o senador José Roberto Arruda (sem

partido-DF) mostrou seu desagrado diante da possibilidade de votação aberta. “Sou contra o voto aberto neste caso porque é um casuísmo”, esbravejou diante das câmeras. Arruda sabe que um voto declaradamente a seu favor, diante das circunstâncias, é muito mais difícil do que um apoio protegido pelo sigilo da escolha. Por outro lado, o fato de o caso ainda não ter virado processo formal é um ponto a favor dele e de ACM, uma vez que ambos ganham tempo tanto para se articular como para abdicar de seus mandatos.